Os Côrvos rondam a selva

Em torno do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica

Coleção Documentos da Amazônia Nº 4

Fac-similado

J. M. Othon Sidou

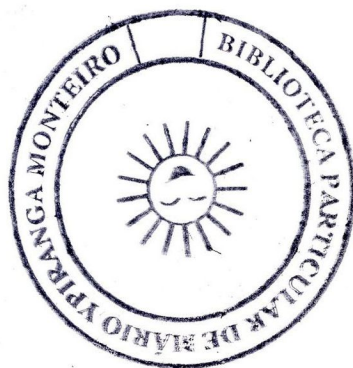
Edições Governo do Amazonas

OS CÔRVOS RONDAM A SELVA

(Em torno do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica)

(Fac-similado)

J. M. Othon Sidou

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 4

Os Côrvos rondam a Selva

(Em torno do Instituto Internacional
da Hiléia Amazônica)

(Fac-similado)

Edições Governo do Estado do Amazonas

Governador do Amazonas
Amazonino Armando Mendes

Vice-Governador do Amazonas
Sammuel Assayag Hanan

Secretário de Estado da Cultura e Turismo
Robério dos Santos Pereira Braga

Subsecretária de Estado da Cultura e Turismo
Vânia Maria Cyrino Barbosa

Coordenador das Edições
Antônio Auzier Ramos

OS CÔRVOS RONDAM A SELVA

(Em torno do Instituto Internacional
da Hiléia Amazônica)

(Fac-similado)

J. M. Othon Sidou

Coleção
Documentos
da Amazônia
N. 4

Manaus
Governo do Estado do Amazonas
Secretaria de Estado da Cultura e Turismo
1999

Apresentação

As edições Governo do Estado têm o objetivo de divulgar o conhecimento, popularizando as informações sobre a região nos mais variados campos de estudo para disponibilizar aos estudantes e estudiosos, bibliografia já esgotada.

Neste estudo ressalte-se aspectos peculiares, como tratar-se de palestra proferida por via de rádio, através da radio Difusora do Acre e Radio Difusora do Amazonas, nos idos de 1950, quando todos os olhares e preocupações nacionais se voltavam para o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, formando-se raras trincheiras em defesa do território e do patrimônio brasileiro. Uma desta vozes, fortes e firmes, foi a do professor Arthur Cézar Ferreira Reis.

O meio de comunicação utilizado foi mesmo o mais apropriado para difundir idéias e divulgar o conhecimento, em uma região como a nossa, especialmente naqueles anos em que o rádio surgia como o grande veículo de aproximação das populações amazônicas.

Homenagem também que se faz à Rádio Difusora do Amazonas, surgida do empenho e dedicação profissional de Josué Cláudio de Souza, misto de político e cronista, muito mais cronista e homem de bem viver, que há pouco completou cinquenta anos de fundação.

O autor é dos mais festejados. José Maria Othon Sidou é jurista, clássico pelo seu Mandado de Segurança, presidente da Academia Brasileira de Letras Jurídicas que tem sede no Rio de Janeiro, professor de cursos de doutorado em direito nas principais universidades do país e resolveu enfrentar a discussão sobre o Pacto de Iquitos, fazendo ressoar sua voz pelas ondas mágicas do rádio e a partir do seio da própria Amazônia. Era manifestação e ânimo pessoal, como declara de logo na introdução do trabalho.

Creio mesmo que é estudo a que raros tiveram acesso, embora não seja de edição centenária, e vai contribuir para o melhor conhecimento daquele episódio, decorridos tantos anos, vencida a tentativa declarada mas mantidas e em alguns casos até ampliadas as tentações de ocupação e domínio da Amazônia.

Robério Braga

J. M. OTHON SIDOU

Os Côrvos rondam a Selva

(Em torno do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica)

[illegible]

EDITADO PELA
SOC. EDIT. «CÂMBIO» (LTD.)
RECIFE
—
1950

DO AUTOR:

- “O ARROZ E SBU PAPEL NA ECONOMIA NACIONAL” (Conferências - 1943).
- “RETRAÇÃO.DE CRÉDITO CIRCULAÇÃO MONETÁRIA” (1947).
- “UM MÉDICO PARA O ZIMBU’...” (1948).
- A POLÍTICA DE CRÉDITO E OS BANCOS MNEIROS” (1948).
- “A PECUÁRIU E O PROBLEMA DA CARNE” (Conferência - Uberaba - 1948)
- “OS IMPERATIVOS DE UM PLANEJAMENTO ECONÔMICO” (Palestra no Rotary Clube de Araguari - Minas - 1949).
- “PROBLEMAS DA PECUÁRIA” (Conferência em Corumbá - 1949).
- “UM ESQUEMA PARA O REAJUSTAMENTO DA PECUÁRIA” - 1949).
- “EXALTAÇÃO ECONÔMICA À AMÉRICA” (1947).
- “RUI, O DISCUTIDO FINANCISTA” (1950).
- “O SENTIDO SOCIO-ECONOMICO DA MADEIRA MOMORE” (1950)

A SAIR:

- “O SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL”
- “PROBLEMAS DO BRASIL-ECONOMICO” (CONSIDERAÇÕES À MARGEM DE UM PLANEJAMENTO)".
- “DEPOIMENTOS ECONOMICOS - OS TERRITÓRIOS E. A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA”.

Endereço do Autor:
RUA.DA PALMA, 298, 3º ANDAR
CAIXA POSTAL, 770
End. Teleg. «CÂMBIO»
RECIFE

Aos eminentes patrícios

ARAÚJO LIMA
GUIOMAD SANTOS
JANAR'I NUNES
MIGUEL XIMENES

- o argumento mais vivo que o pensamento nacional pode opôr ao Instituto da Hiléia, porque exemplo do quanto o Brasil é capaz de realizar naAmazônia, sem ajuda oficial estrangeira.

NA PORFIA COM, OUTROS COLONIZADORES CONTRA A NATUREZA DOS TRÓPICOS, O GÊNIO PORTUGUÉS LOGROU LANÇAR OS ALICERCES DA MAIOR NAÇÃO DO MEMISFÉRIO AUSTRAL:

- O BRASIL -

Ao

PRESIDENTE ARTUHR BERNARDES,

sentinela indômita do patrimônio econômico nacional.

Não temos outro propósito no fazer esta palestra que o de para um exame mais atento do Pacto de Iquitos, em decorrência do qual toda a Amazônia ficará na depende. um Instituto internacional.

De tanta significação para o país e sobretudo para o homem da grande planície, o acôrdo teve uma gestação equívoca, de bastidores, seus vagidos não passaram de amordaçados sussurros só agora, ainda num meio semi-atônito e quase desinteressado é que o povo está começando a dêle aperceber-se.

Orientar êste povo, orientó-lo num sentido verdadeiramente nacionalista, mostrando as mazelas que o Convênio de Iquitos astenta em sua própria epiderme, à luz do Direito Internacional, é o nosso objetivo.

E sendo Manaus o centro da Amazônia grata é a nossa satisfação em prosseguir, aqui, a campanha que, individualmente, sem obedecer a lideres ou a grupos, resolvemos; levar a efeito.

Se ao cabo desta palestra houvermos; contribuído para ,que, ao menos, um círio a mais tenhamos podido acender com um duplo objetivo: aclarar mais o Pacto de Iquitas no conhecimento dos nossos concidadãos e apressar mais o seu ansiado desenlace, nos consideraremos fartamente estipendiado por ter-vos alguns minutos desta encantadora noite, convidativa a muito mais - reconhecemos - do que uma modesta explanação político-econômica.

Não temos outro propósito no fazer esta palestra que o de para um exame mais atento do Pacto de Iquitos, em decorrência do qual toda a Amazônia ficará na depende. um Instituto internacional.

De tanta significação para o país e sobretudo para o homem da grande planície, o acôrdo teve uma gestação equívoca, de bastidores, seus vagidos não passaram de amordaçados sussurros só agora, ainda num meio semi-atônito e quase desinteressado é que o povo está começando a dêle aperceber-se.

Orientar êste povo, orientó-lo num sentido verdadeiramente nacionalista, mostrando as mazelas que o Convênio de Iquitos astenta em sua própria epiderme, à luz do Direito Internacional, é o nosso objetivo.

E sendo Manaus o centro da Amazônia grata é a nossa satisfação em prosseguir, aqui, a campanha que, individualmente, sem obedecer a lideres ou a grupos, resolvemos; levar a efeito.

Se ao cabo desta palestra houvermos; contribuído para ,que, ao menos, um círio a mais tenhamos podido acender com um duplo objetivo: aclarar mais o Pacto de Iquitas no conhecimento dos nossos concidadãos e apressar mais o seu ansiado desenlace, nos consideraremos fartamente estipendiado por ter-vos alguns minutos desta encantadora noite, convidativa a muito mais - reconhecemos - do que uma modesta explanação político-econômica.

O SÉCULO XX tem sido por essência, o século da geo-política.

Duas, grandes guerras que sacudiram os povos, épocas em quê a ciência tende a evoluir, desafortunadamente, para o destrutivo, muito embora, por paradoxo, visando ao bem estar da humanidade, duas catástrofes foram suficientes para desfazer de vez, tudo quanto as nações podiam segredar umas dos outras e para reduzir a zero, tudo quanto podesse restar de qualquer , auto-suficiência econômica.

Quanto mais progride a civilização do máquina, tanto mais os homens se distanciam do forma autárquica, quimera que os tem perseguido sempre, e invariavelmente, em todos as idades, desde que, por força, tiveram de renunciar ao self suficreficy, e quando, ainda no regime do clan, começou a tomar sentido o conceito de economia política.

Enquanto alguns cientistas, abstraídos do seu próprio meio cósmico, estão em busca de segredos interplanetários, em investidas puramente teóricas, a outra porte dêles porfia exercício de um direito de auto-preservação, tentando reduzir a terra a dimensões mínimos possíveis, ao ponto de torná-la dominável como um biologista dominaria uma colônia de bacilos do alta de sua lente microscópica.

A população homana, no último decênio, cresceu de duzentos milhões de indivíduos, o que, por um cortejo de desajustamentos, conseqüência,, sobretudo, do último, conflito,. esmerado em esfarelar a economia dos adversários, empresta, por si, reforço à teoria de MALTHUS, como, aliás, nunca tonto o tivera.

Leis econômicas, como a do escoamento, de J. BAPTISTE SAY, e do crise, elaborado por C. GIDE, parecem ecoar agora no vazio de um gigantesco estômago, que pede o com que mitigar a fome. Ao general glut dos economistas ingleses, há de ser oposto, nos dias que correm para a humanidade, o problema angustiante da sub-produção.

O mundo passou a experimentar fome de tudo. Mas a sua pior não será, decerto, por pleonástico que pareça, a decorrente da sua função estomacal, conquanto, seja de ordem biológica também: fome de materiais estratégicos, de terras para readaptação de desajuntados, de tudo quanto lhe assegure direito de sobrevivência.

Expansionismo econômico

O refreio nos desígnios expansionistas de certo povos que vinha exercendo atividades, coloniais sem embargo, ora devido à má sorte no recontro das armas, ora mercê da emancipação de antigas possessões, fez despertar em seus apetites, só momentaneamente sopitados, o desejo incontido de volverem suas vistas para certas regiões ainda inexploradas.

O fato, por seu turno, de se apresentarem assustadoramente combalidos os reserva ferríferas de países que tiveram no ferro a expressão máxima de seu portento; de se terem êles desavindo com o maior fornecedor de manganês - base da indústria siderúrgica - que - é a Rússia; de verem também semi-esgotadas as fontes de petróleo, ainda, com o carvão, o mais significativo expoente em energética; junto a tudo o resultado favorável de pesquisas dos minérios estratégicos; que polarizam as atenções da ciência nuclear, em zonas colonizáveis do globo, vem robustecendo os desejos de conquista econômica manifestados por certos povos.

O que para a época dos medievais cavaleiros de gládio seria questão de uma lança em riste, pretende-se conseguir hoje com arma mais ameno:, por meio, de diplomacia, embora urna diplomacia conhestra, que se enuncia torpemente, porque se não funda em questões de direito, mas maneja os dados falsos do embuste.

A Amazônia desperta cobiça

A Amazônia lendária, em cuja ponta atlântica se planta, "Califórnia brasileira", mercê dos filões de ouro que se enceram nas margens do Araguaia; cuja parte setentrional, abstraída a lenda de entesourar a riqueza imensurável de Salomão, é altamente petrolífera, aurífera e diamantífera, ao ponto de se reputar mal empregada a locução minas-gerais paro o Estado a que designa; cujo cerne possue, não falando noutras riquezas, oleaginosas aos bilhões, uma, delas, o bobaçú, com moderna aplicação como concorrente do carvão de coque na indústria siderúrgica, além de tudo quanto o homem não conseguiu ainda descobrir nos profundos arcanos da selva, - a Amazônia não poderia ter ficado por mais tempo alheia à cobiço de todo um corrilho de aventureiros internacionais.

Alguns discursos inflamados nalgum bródio regado, a licôres espirituosos, quando, **au dessert**, foi exaltado a rica expressão do Brasil no concerto dos povos, predestinado celeiro de um mundo faminto e frases quejandas, constituíram o passe mágico, mediante o qual ficou selado no papel o tratado alienação da Amazônia.

Não foi com tais artifícios que se, lesou a vigilância das autoridades portuárias de Belém e se carregaram as mudas de seringueiras que iriam povoar c, Tasmânia?

Chamem-nos de Jacobinos ou de chauvinistas. Deblaterem, rujam ou guinchem essas sub-rnentalidades liberalescas a século XIX.

Para êles a nossa resposta será, uma e sempre, a mais completo repulsa e o mais. decidido embargo ao atrelarmos a Amazônia, ao jogo duvidoso do instituto internacional que se planeja.

Não somos jacobinos. Nêsse tocante mesmo compreendemos o salutar que redundará sempre numa liberal corrente monetária imigratória, porque entendemos que o dinheiro não tem pátria e, uma vez aplicado, conscientemente, numa terra, a ela sempre beneficiará. Todavia, somos patriotas. E ternos razão em considerar, aprioristicamente, divorciados da sã brasilidade todos aquêles que, por cegueira mental ou por solércia, desejam entregar a Amazônia a um organismo internacional suspeito, a um autêntico fideicomisso de nações européias fracassados e vencidas a povos a que temos a lamentar, cristãmente, o infortúnio, mas aos quais, profilàticarnente, temos o direito de recusar abrigo, porque povos recalcados, erguidos, como escória, das sarjetas da Europa de após-guerra.

E da essência da nossa própria soberania a formal compenetração no defender todo, o nosso patrimônio territorial.

Já em 1756 o Brasil fazia erguer o forte da Conceição para se impôr às incursões de jesuítas do domínio de castelo, mais tarde substituído pelo histórico Forte-do-Príncipe-da-Beira; é quasi na mesma época se erguia a Forte Tabatinga; também como bastião do nossos mais recuado poente.

Não é possível, pois, que aquêles marcos bicentenários no balizamento da Amazônia sejam hoje relegados apenas a mero arcado e não invoquem mais, sequer, às nossas autoridades do Itamaratí, a luta homérica em que o Brasil se empenhou para apresentar a homogeneidade territorial que ostento hoje.

Óh, manes de RIO BRANCO, o "deus terminus" das nossas fronteiras na expressão singular de RUI ! Oh! manes de NABUCO e de todos quantos deram o melhor de sua inteligência para que o Brasil se podesse inscrever, no páreo dos povos, quando não corno potência bélica,, sim com todos, os requisitos de respeito corno potência diplomática, e que, **malgré tout**, ostenta hoje uma diplomacia que desceu a desvãos tão rasteiros!

Onde o colonialismo impera

Não sirvam, contudo, de argumento contra a famigerada colonização a que nos querem submeter fatos traduzíveis como de ordem sentimental.

Busquemos o espelho próprio mundo, em, que vivemos.

Com outorga da extinta Sociedade das Nações, a Grã-Betanha mantém sob mandato (notar bem: sob mero mandato) a antigo colônia alemã do Sudoeste Africano. A ONU intentou mandar observar o que por lá se passa, mas a oposição foi tão acentuada que fracassou êsse plano de incursão. Sem qualquer traço daquela "cortezia entre nações" de que nos fala COLE no seu A Guide to Modern Politic, (*) a delegação britânica anuciou que não cumprirá qualquer resolução nêsse sentido. Não eala que vá contribuir com o seu assentimento a que contribuir com o seu. assentimento a que se revelem segredos coloniais ligados, inclusivé à pesquisa de minerais 'estratégicos. Nêsse fideicomisso há regiões em que o hermetismo vai ao extremo de se utilizarem, cães amestrados na caça humano, a título de, repressão ao contrabando de diamantes.

De modo idêntico mantêem-se a Tanganika, a Austrália e outras regiões em que os exploradores de povos teriam ótimo posto para as suas rapinagens colonizadoras e para as quais alguns homens de inteligência simplòriamente obtusa, como os que defendem o instituto da Hiléia, veêm, dentro de um ingênuo lamentavel, oportunidade de progresso e de civilização.

Uma pergunta os deixaria descoiroçoodos, decerto: a Grã-Bretanha é senhora do Guiana Inglesa, integrada no hiléia amazônica. Por que outro motivo se eximiu de firmar a Convenção de Iquitos, preferindo mandar à conferência meros observadores, senão o de desobrigar-se de revelar seus segredos ligados às minas do Pirará? A Inglaterra não permitirá cientistas internacionais em sua, possessão amazônica.

E mais outra pergunto, lidada à sorte dos Guianas: - Por que até hoje têm sido ostensivamente retirados das pautas das conferências interamericanistas é mesmo mundiais todos as tentativas tendentes a modificar o statu quo dessas colonias encravadas no América livre? As Guianas têm, indubitàvelmente, o direito de se tornarem repúblicas independentes, mediante um preparo corno o tiveram as Filipinas, durante o qual seriam administrados por mandato conferido, ao Brasil e à Venezula. No entanto, é bastante abordar, tão delicado assunto para vê-lo riscado pelos colonizadores poderosos.

***) - C.D.H Cole and M. Cole**

Há muitos regiões no mundo carentes de colonização, o sem que, para benefício do gênero, humano aqui e alhures, precise a suspeito UNESCO. Preocupar-se com a Amazônia.

O que até hoje conseguimos realizar no maior floresta tropical do globo honra a persistência do homem. Belém é a maior cidade do mundo situado no linha do equador. Manaus é um milagre de colonização como, cidade plantada no recesso da selva. A Madeira-Mamoré constitue-se a mais longo ferrovia servindo porte de uma floresta. Podemos ostentar, ademais, Porto Velho, Rio Branco, Macapá, Boa Vista, sem falar em Santarém, Parintins ou Itacoatiara, onde o esforço brasileiro vem suprindo o gênio do colonização lusitano que herdámos. Em meio a uma economia extrativa, como em função dessa economia extrativa vivem os países, como o nosso, deserdados de combustíveis e que só agora vêm tentando a indústria, - conseguimos o definitivo transplante do juta do seu milenar habitat dos margens do Ganges e do Brahmaputra, ao ponto de fazê-la a cultura de maior expressão na planície amazônica e de termos assegurado para breve a nosso completo auto-suficiência nessa fibra, embora sem uma ajudo eficiente do poder público, como era mistér, inclusive do claudicante Itamaratí, que a título de defender a indústria arrozeira gaúcha, faz acôrdos de troca de arroz com juta indiana, desestimulando, absurdamente, a juti-cultura amazônica.

Repitamos: o que fizemos na Amazônia, desajudados; de qualquer concurso, honra o gênero humano.

...E o Europeu nas Guianas

Em contraposição, o que fizeram até hoje as velhas nações colonizadoras européias - Inglaterra, França e Holanda - nas suas possessões no Demerara, no Surinan e no Guiaria francesa?

Desgraçadamente, somos um povo que peco pelos paradoxos.

Quando não nos inclinamos ao prejudicial. ufanismo, que tange a lira dos poetas e molha a pena dos escribas de cartilhas para, a juventude, somos, via de regra, atacados de um masoquismo moral que constrange e que inquiéta, menos em razão do coletividade dó que de certos cérebros dignos de lástima e de comiseração.

Há no imprensa carioca, por exemplo bem ilustrativo, uma revista mediocremente dedicado às coisas do bom humor político, que timbro em apresentar uma leitura nada construtiva, em forma de crítica, sôbre tudo quanto o país possue. Vai

A Inglaterra, no que toca à sua Guiana, não dará seu placet ao instituto. Muito duvidamos que as Repúblicas irmãs - Bolívia, Perú, Equador, Colômbia e Venezuela - sempre tão coisas das suas prerrogativas de soberania, tornem seus territórios vulneráveis a um organismo internacional duvidoso do quilate do que se propõe, visando ao Brasil como melhor prêza, mercê da nossa caricata e plástica diplomacia.

Terra de ninguém "Região neutra"

Ressalta a todas as vistas, por lógico, que, se a hiléia amazônica se compõe com pedaços de vários países, só a êsses países interesse a colonização do mesmo e só êsses países tenham ingerência no instituto que se criar, e não quaisquer organizações, quaisquer agremiações, quaisquer instituições de ordem, pública ou de ordem privada, quaisquer grupos, quaisquer sociedades, mesmo comerciais, e até cientistas em nome particular, todos podendo pesquisar, devassar, esmiuçar a "região neutra" em que se converterá fatalmente a Amazônia, para perfilhar a expressão do deputado, MOURÃO VIEIRA.

Pasmem os cidadãos bolivianos, peruanos, equatorianos, colombianos, venezuelanos e brasileiros, e se aceitarem tal ofensa à sua integridade como povos politicamente organizados, respondam-nos que destino deram, afinal, a sua pudicícia!
Se aquelas nações o fizerem, será para engrossar o lúgubre cortejo de suicidas, numa tragédia de todo indigna dos feitos gloriosos imortalizados pelos vultos insignes de SIMON BOLIVAR e JOSÉ BONIFÁCIO, no cimentar de uma América livre.

Só requintada má fé nos induziria a opôrmos objeção a um instituto consagrado ao aproveitamento integral da hiléia amazônica. Reagimos, sim, com todo o vigôr do nosso patriotismo contra o sibilino Convênio de Iquitos, tão transudante de mistificação que é insusceptível de corrigenda.

Quanto a motivos sentimentais de ordem estratégica, não tenham receio os nossos passados e futuros aliados, como. também os antigos adversários - torpedeadores dos nossas navios - e também futuros camaradas de idéias democráticas. Mágrado o fato de termos saído da última guerra sem compensações, apesar do ingratidão de nossos. irmãos do Norte, injustiças que culminaram com a aplicação do Programa de Recuperação Econômica da Europa - o famoso Plano MARSHALL, inclusive no transformar a África no nosso mais poderosa concorrente num futuro próximo, - nós estaremos prontos para ocupar lugar na trincheira do batalha do produção. Ceder-lhes-emos

A Inglaterra, no que toca à sua Guiana, não dará seu placet ao instituto. Muito duvidamos que as Repúblicas irmãs - Bolívia, Perú, Equador, Colômbia e Venezuela - sempre tão coisas das suas prerrogativas de soberania, tornem seus territórios vulneráveis a um organismo internacional duvidoso do quilate do que se propõe, visando ao Brasil como melhor prêza, mercê da nossa caricata e plástica diplomacia.

Ressalta a todas as vistas, por lógico, que, se a hiléia amazônica se compõe com pedaços de vários países, só a êsses países interesse a colonização do mesmo e só êsses países tenham ingerência no instituto que se criar, e não quaisquer organizações, quaisquer agremiações, quaisquer instituições de ordem, pública ou de ordem privada, quaisquer grupos, quaisquer sociedades, mesmo comerciais, e até cientistas em nome particular, todos podendo pesquisar, devassar, esmiuçar a "região neutra" em que se converterá fatalmente a Amazônia, para perfilhar a expressão do deputado, MOURÃO VIEIRA.

Terra de ninguém "Região neutra"

Pasmem os cidadãos bolivianos, peruanos, equatorianos, colombianos, venezuelanos e brasileiros, e se aceitarem tal ofensa à sua integridade como povos politicamente organizados, respondam-nos que destino deram, afinal, a sua pudicícia!

Se aquelas nações o fizerem, será para engrossar o lúgubre cortejo de suicidas, numa tragédia de todo indigna dos feitos gloriosos imortalizados pelos vultos insignes de SIMON BOLIVAR e JOSÉ BONIFÁCIO, no cimentar de uma América livre.

Só requintada má fé nos induziria a opôrmos objeção a um instituto consagrado ao aproveitamento integral da hiléia amazônica. Reagimos, sim, com todo o vigôr do nosso patriotismo contra o sibilino Convênio de Iquitos, tão transudante de mistificação que é insusceptível de corrigenda.

Quanto a motivos sentimentais de ordem estratégica, não tenham receio os nossos passados e futuros aliados, como. também os antigos adversários - torpedeadores dos nossas navios - e também futuros camaradas de idéias democráticas. Máogrado o fato de termos saído da última guerra sem compensações, apesar do ingratidão de nossos. irmãos do Norte, injustiças que culminaram com a aplicação do Programa de Recuperação Econômica da Europa - o famoso Plano MARSHALL, inclusive no transformar a África no nosso mais poderosa concorrente num futuro próximo, - nós estaremos prontos para ocupar lugar na trincheira do batalha do produção. Ceder-lhes-emos

todas os nossos minerais estratégicas; entregar-lhes-emos todo a nossa borracha, porque do borracha oriental se verão novamente privados, tanto assim que se ocupem atualmente em fazer estoques do produto natural, tudo muito embora repetindo o que culminou com a hecatombe de vidas nordestinas sacrificados.

Nutrimos a certeza de que lhes estaremos sendo muito mais leais assim do que abrindo de par em par as portas do Amazônia às correntes, de espionagem comunistas que fatalmente se encrostarão nas ilhargas do Instituto do Hiléia.

Se consumado o grande atentado de lesa-pátria, curvar-nos-emos ao paradoxo de não manter relações diplomáticas com a Rússia, mas recebermos. a delegação soviética e a de seus satélites da cortina de ferro, que passeiarão displicentemente pelas ruas de Manaus, cortejarão a garridice das jovens amazonenses, tomarão mesmo alguns banhos no "Parque Dez" e te aprestarão para, no momento mais asado, enterrarem o punhal, no coração do Brasil.

As Faculdades do Instituto

A despeito das lições de FAUCHILE, que conceitúa a defesa nacional como "o direito primária de existência" e do Almirante MAHAN, que afirma ser "a primeira lei do Estado corno a do homem a auto-preservação," os técnicos da Hiléia teorizaram como faculdade do cerebrino Instituto o poder adquirir e alinear bens, contratar e assumir obrigações, movimentar fundos, criar e gerir centros científicos e outros serviços e, em geral, executar qualquer áto legal, necessário às suas finalidades, e funções (Art. I do Convênio de Iquitos).

Dificilmente um organismo jurídico internacional teria mais dilatadas atribuições. No que se conceitúa como colonização, um símile de tantos poderes só se enfeixava nas cartas régias de doação das capitanias hereditárias ou no áto reinol que concedeu direito de posse a Fernando de Noronha sôbre todas os terras do Brasil.

No Conselho que presidirá o tal Instituto reside a maior esperteza com que se pretende embair a opinião pública dos países formadores da Amazônia, porque. cada um dos quais terá um representante cercado de imunidades é privilégios, imunidades e privilégios que gozarão, igualmente, os membros, estranhos que ao organismo desejarem aderir.

Possuidor de dois terços da hiléia, o Brasil terá direito a um voto. O organismo terá, ainda uma comissão executiva, à qual poderá o nosso país integrar ou não, porque dependente

do voto da maioria dos Estados membros, certo que a integrará desde que, politicamente, incômoda se tornar sua representação no Conselho.

No Instituto da Hiléia o Brasil valeria tanto como o Estado de Israel ou a Tchecoslovaquia, esta com interêsse no Amazonas que se mede na razão direita do que o prende ao Volga...

Ameaça à soberania continental

Vê-se, pois, que se trata duma instituição essencialmente política e de carater internacional e não de uma organização verdadeiramente científica, como o frisou, acertadamente, o deputado PEREIRA DA SILVA.

O mais letal veneno ministrado a um organismo vivo ficaria relegado a expressão mesma de droga anódina em corporação com o corrosivo que se destilo dos dispositivos do Pacto de Iquitos, tendente a estiolar grande setor da soberania continental. Um vampiro entregar-se-ía com menos, habilidade no ventilar a incisão propiciado pelas suas noctívagas incursões hematófagos.

O art. 2º ,alínea c, do Convênio esclarece que as atividades do Instituto, dentro do território de um Estado membro, serão determinados após prévia consulta, e condiciona a execução ao consentimento desse Estado membro. As alíneas b e g do art. 6º reagem frontalmente contra o primeiro dispositivo, quando, de forma categórica, estabelecem que o diretor do Instituto tem "autoridade pleno para dirigir os trabalhos" "não podendo solicitar nem receber instruções de nenhum governa".

E a alínea d do art. 3º assinala que o Conselho pode "suspender de seu direito de voto e de quaisquer outras prerrogativas "o Estado membro que deixar de cumprir suas obrigações".

Só quem não conhece a Amazônia, a sua vastidão, o seu ignoto, ou então quem veiu a Manaus e se viu privado de contemplar a floresta porque encoberto pelas arvores (....) possue a ingenuidade no dizer que um governo sediado no Rio de Janeiro possa controlar atividades científicas internacionais no emaranhado da selva e impedir a obliteração de seu ostensiva objetivo.

Os demais dispositivos são transparentes; dispensam o concurso do hermenêutica; não é preciso ser jurista para interpretá-los; porque têm a clareza meridiana e simplória de qualquer estatuto de clube de futebol suburbano.

O artigo 9º do Convênio de Iquitos alberga um supino absurdo em Direito Internacional facultará o Instituto todas as

informações que, de acôrdo com a sua finalidade, lhe forem solicitadas pelos Estados membros. O Brasil é um dos poucos países do mundo em que os passageiros de aeronaves, inclusive os nacionais, são proibidos de conduzir, sequer inocentes máquina nas fotográficas durante as viagens sôbre o, território da Nação. Mas o Instituto, da Hiléia - que, diga-se de passagem, pode fornecer quantos informes possíveis venha a dispôr sôbre o território da Amazônia, menos no setor correspondente, à Guiaria Inglêsa, que a Grã-Bretanha se excursou de aderir a êle.

Convenhamos, senhores, que só muitos dóses de espirituoso pisco peruano fariam alguém, em Iquitos, assinar tamanha aberração. Com tal, a segurança nacional não teria, maior expressão que, em álgebra, a formulo zero-vírgula-zero.

O Convênio de Iquitos é a peço mais vergonhosa e mais humilhante que já teve guarida no história do diplomacia brasileira. Da abertura de cena ao, baixar do pano há engôdo, há mistificação, há embuste, que constrangem, que encolerizam, que decepcionam. Para culminar a humilhação, basta lembrar que, falando a população do hiléia amazônica, em suas três quartas portes, o idioma português : integrando o Brasil duas terças partes da zona mesopotâmica; e arcando o Brasil com metade das despesas do futuro Instituto, o pacto redigido, no original, em idioma castelhano.

Para que mais!

O preço da Colonização

O preço, da colonização, hileana pareceu mais que razoável ao diplomata. patrício que firmou a Convenção de Iquitos, porque lhe pareceu como, autêntica pechincha que se compra em contrabando: sendo o Brasil colonizável detentor de duas terças partes da hiléia, era decerto baratíssimo entra com metade apenas das despesas..

Quatrocentos milhões de cruzeiros!

Saberá, por acaso, o Sr. PAULO CARNEIRO que a verba destinado à valorização da Amazônia, pelo art. 119 da Constituição, ainda inaplicada por imperdoável dessídia, é pouco superior àquela cifra?

Conhecerá s. s. os necessidades do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, do Acre, do Pará e do Amazonas ? ou teria se limitado o voar apenas sôbre a selva e o deixar-se ficar com o ouvido preso ao radio-telefone em Manaus, politicando com o Rio de Janeiro, como o grosso de políticos que têm visitado esta região a título de observar a Amazônia e os seus problemas?

Terá prescrutado o que representarão quatrocentos milhões de cruzeiros aplicados no valorização do grande e o conseguido no Amapá, no Guaporé, no Rio Branco e no Acre, cada um aquinhoado com pouco mais de um décimo daquela quantia por ano?

Já teria procurado familiarizar-se com o que representa o crédito para a Amazônia, do qual a Nação muito terá a lucrar no futuro, na proporção geométrica do que dispender no presente?

Ou será daquelas cassandras sebastianistas que se debulham lacrimosamente num banhado de primitivismo mental, ou se espojam num pântano de interêsses bastardos lamentando a redução territorial dos antigos Estados, e tratam a redivisão administrativa em termos de banca de açougue, falando em "retalhar churrascos"?

Não será um organismo internacional escondendo em seu ventre mais surpresas do que o cavalo de Troia que precise ser chamado para uma operação de reerquimento do Amazônia.

Nós próprios saberemos povoá-la com a germinação do generoso sangue brasileiro; se nos faltam técnicos, saberemos contratá-los a nossas próprias expensas; saberemos saneá-los com os métodos que a ciência moderna ensina; saberemos transformar suas terras virgens necessárias no aproveitamento dos, alimentícias; saberemos explorar suas riquezas extrativas para suprimento do já atualmente poderosa indústria nacional e pesquisar seu sub-solo em, busca de minérios preciosos e estratégicos para serventia nossa e dos nossos aliados; saberemos construir vias de acesso e meios em que o homem viva com dignidade, entregue à faina do trabalho livre e resguardado por uma legislação social de aplicabilidode inatacável.

Não precisamos no Amazônia de colônos oficiais estrangeiros recrutados porque só o poderão ser, nas vielas esconsas da Europa, sob a égide de um organismo internacional, quando essa mesma escória não pode ser atualmente encaminhado à Amazônia porque os tratados internacional vedam o seu encaminhamento a zonas inferiores (sic) às de sua procedência.

É de causar espécie, pois, que a Itália, diante de um espantoso superavit de população, esteja interessado no "próxima internacionalização da Amazônia como mandato da ONU", "afim de estabelecer elementos numa determinada zona, para dar início à parte que lhe tóca", ipios verbis a carta datada de Roma e lida da tribuna da Câmara Federal pelo, sr. ARTUR BERNARDES.

Civilização portuguêsa no Brasil

Data venia, a única colonição que interessaria ao Brasil na Amazônia, no que toca o elemento alienígena, seria a portuguêsa. Na impossível objetivação dêsse interêsse, temos motivos para lamentar e para encher-nos de contentamento. Alegramo-nos porque Portugal possue hoje uma das moedas mais estáveis do mundo suas finanças são conduzidas em acesso e sua economia mais se torna lisonjeira, inclusive nas colônias africanas, que vêm sendo aproveitadas em ritmo acelerado, numa repetição do que foi capaz a colonização lusa no passado hoje conjugada aos esforços de um administrador que se tem revelado como um dos mais notáveis estadistas da época contemporânea. E, com razão, lamentamos, porque, povo que não constitue quisto de extranhos no Brasil; porque faz da nossa a sua segunda pátria, nos vemos privados dêsses admiráveis pioneiros que, tendo carregado da sua colonia o ouro de que lhes restam alguns monumentos, nos legaram um monumento todo de civilização.

Nós saberemos colonizar a Amazônia sem tornarmos vulneráveis nossas fronteiras, de uma homogênica contextura, à contaminação de todo o resíduo de um continente recalcado pela guerra, e à espionagem dos inimigos da América. Saberemos colonizá-la sem que se precise criar um Estado dentro do Estado.

Fá-lo-emos retalhando as imensas áreas do Amazonas e do Pará, afim de que novas unidades, melhor aparelhadas pelo específico do crédito e melhor ajudadas pela descentralização, possam prover o povoamento, a cultura, o sanitarismo e o integral aproveitamento de suas imensas áreas.

Fá-lo-emos com a ajuda de créditos, mais e sempre, porque são mínimos, no que toca aos nocivos fenômenos, inflatórios em comparação com o máximo de resultados que podem pro-porcionar, os efeitos de uma corrente monetária acentuada irrigando toda a Amazônia. Urge, pois, que seja deferida, sem tardança, ao Amazonas, ao Porá aos Territórios, a verba constante do art. 119 da Constituição, antes mesmo que se última o plano de valorização.

"Governar é dirigir esclarecendo", e, nesse sentidp, os números constituem os mais, solícitos governos e dos povos modernamente organizados. Já disse um estadista patrício que ninguém pode governar sem a existência de boas, estatísticas, porque, ajuntou outro técnico ilustre, "é diante delas que, batidas pelas angústias e sobressaltos tremendos da hora que possa, a coletividade se debruça inquieta e solicitante,

curiosa da sua própria sorte, como fariam outrora os guerreiros diante das pitonisas". (*)

A uma só orientação, a de consagrar o sistema ensaiado em momento angustiante para a Pátria, têm conduzido as estatísticas nos últimos cinco anos.

São típicos os sucessos obtidos com todos os Territórios que se constituiram na Amazônia.

RIO BRANCO ganhou paro a Pátria a região do Amapá na luta de Direito travado contra a França em torno do Contestado. As quinhentas páginas das "Razões", e as oitocentas da "Réplica" não foram suficientemente estimuladas para despertar a imensa região, maior que Pernambuco, Santa Catarina e o Distrito Federal reunidos, de um sono quadricentenário.

Como os demais contrafortes do país, formadores do sistema hidrográfico do Amazonas, o Amapá jazeu até bem pouco no mais completo abandono.

Constituida unidade federada com administração própria, e ajudada pelo específico do crédito, um sôpro extraordinário de progresso varreu-a do estuário do Oiapoque às margens do Amazonas. Onde antes só existiam quatro escolas e cinco professores hoje são 63 templos do saber onde pontificam 112 mestres, inclusive uma escola profissional a que se reserva um grande destino: a de fixação do homem, através do artezanato, preparando-o para exercitar no próprio meio em que estudou o fruto do seu entendimento. Cidades-taperas transformaram-se em urbes aprasíveis, a selva foi dominada pela rodovia; a pecuária e a agricultura, através os postos de reprodução e os campos experimentais, assegurarão um equitativo grau de autosuficiência alimentar, e as pesquisas mineralógicas libertaram-se da tela dourada que orlava o fantosioso da "Califónia brasileira" para garantirem um concurso considerável na produção nacional, do mais alto teor exigível e dos maiores jasigos existentes no mundo, exatamente quando as fontes manifestavam já inquietadores sinais de exaustão.

Não foram, pois, cientistas a serviço de institutos internacionais que descobriram o Amapá para o Brasil nem ensinaram ao governador JANARI NUNES o segredo de transformá-lo em Estado, tal o seu processo.

***) OTAVIO PASSOS - Relatórios do Dep. De Estatística do Acre - 1948.**

O Exemplo do Guaporé

O Guciporé - fartavam-se de tagarearr as mentalidades gnósticas - era uma estrada-de-ferro extravagantemente construida a peso de ouro e em troca de vidas para escoamento da produção boliviana, alto preço para a vitoriosa epopéia que conferiu o Acre ao Brasil . Jamais um feito industrial tão arrojado foi apreciado sob um sabor lendário de vulto tão crescente como a Madeira-Mamoré.

A estrada iniciou sua vida desafortunadamente, assistindo ao colapso da goma-elástica, e penosamente se arrastou, como serventia estrangeira, durante vinte anos, alheia a qualquer progresso da região, sob qualquer aspecto como se traduza o têrmo. Encampada pela União e transformado em unidade federada aquela gleba de 250 mil quilômetros quadrados, foi-lhe acenada uma oportunidade de reação progressista. Essa reação não se fez tardar.

Não, apenas nos centros urbanos, mas até nos mais recuados recessos do imenso Território, o sanitarismo, a instrução, as vias de acesso e o fomento agropecuário vêm-se infiltrando como a água em solo permeavel e com a precisão como se distribue um liquido num sistema de vasos comunicantes.
Constroe-se no Guaporé numa ânsia construtiva só digna dos Territórios, que é só nos Territórios onde se realiza palpavelmente, pelo menos no Norte do Brasil.

A população do Guaporé cresceu de um terço nos últimos quatro anos; o seu deficit educacional beira índices restritíssimos; o estado sanitário da região, polarizado no malária e contra ela defendido em quatro quintos da superfície territórial, é de proporções lisonjeiras constroe-se no Território em media uma escola em cada mês; a biotipologia sócio-econômica das classes assalariados, sobretudo no tocante à ferrovia, nada deixa a desejar, mormente agora quando o obreiro vê surgir à margem da linha núcleos residencias modernos que contrastam flagrantemente com as choupanas em que viviam; e o problema do abastecimento tende a tornar-se menos agravante, mercê das acertados medidas de fomento.

Também não foram técnicos nem imigrantes oriundos da Europa que ensinaram o governador ARAUJO LIMA a aproveitar racionalmente o setor do hiléia correspondente ao Guaporé.

Nenhuma região do Brasil despertava mais interêsse aventuresco do que o longínquo Rio Branco. Finórios de olhos azuis de todos as procedências, travestidos sempre em cientistas à busca de uma antiga civilização que utilizava ouro nas colunas de seus palacios, e caboclos, dextros na faca e, ágeis no ga-

tilho, faziam das serras ainda inacessíveis do Rio Branco o alvo predileto da sua cobiça. Terra onde cada batéia de cascalho lavado ofuscava o aventureiro de rija têmpera na alma com quantiosos diamantes de bons quilates e onde pepitas mostravam toda a sua áurea e provocante nudez em banhos constantes nas águas límpidas das correntes, o Rio Branco era a terra do maior contraste econômico capaz de exibir-se no Brasil: zona de pecuária, elemento, por excelência, fixador do homem à gleba; e zona de mineração, por natureza despersiva, porque o garimpeiro leva na alma a aventura e a aventura possue tudo menos raizes que a grampem ao solo.

Urgia colonizar o Rio Branco, trazê-lo de fronteira abandonada ao aprisco da Amazônia que acordou para se tornar expressão química no cadinho em que se tempera a riqueza nacional.
A despeito de obstruido por atravancantes problemas, tendo tão sòmente no avião um fator de permanente contacto com o seu natural centro econômico - Manaus -, o Rio Branco, em todo a vastíssima planura dos seus lavrados, é hoje um desdobrar contínuo de realizações.

O sistema da criação de núcleos no "hinterland", servidos por postos médicos, escola e aparelhos de radiocomunicação, visando a anular os efeitos da empírica colonização do garimpo, honra o esforço brasileiro no recuperar uma riquíssima faixa territorial da Amazônia, até então inteiramente abandonada, onde o petróleo dormita à espera apenas de que as sondas vão prospecioná-lo no ventre do terra.

No região mais diamantífera do Brasil, não precisa o Governador XIMENES DE MELO utilizar cães amestrados como o possuem as zonas de colonização européia na Africa, para reprimir os contrabandos, mas igualmente prescindiu de qualquer ensino proporcionado pelos técnicos do Instituto Internacional da Hiléia e da colaboração do trabalho estrangeiro para que o Rio Branco seja digno do progresso nacional.

O Exemplo do Acre

Três são as fases que marcam a existência do Acre.

A primeira é a que se abriu com a extraordinária epopéia inscrito nas páginas do história pátria como um dos mais gloriosos e audazes feitos; é a fase advinda da anexação; é a decorrente do Tratado de Petrópolis, de 1903, que erigiu o território em patrimônio nacional.

Com um Acre dividido em três departamentos distintos, para efeito administrativo tendo, cada um, prefeito com função au-

tônoma entre si e corpos de Exército mantendo de fato o que o direito nos conferira, essa primeira fase se arrastou até 1920.

Encontrou o Acre, então, todo o fastígio propiciado pelo cicio da borracha, **habitat** que é do famosa "hevea brasiliensis", a primeira entre as melhores no mercado gomífero mundial, vencedora em todos os testes de elasticidade, coeficiente de rutura, menor ressecamento, vultosa plasticidade, qualidades jamais encontrados em similares das mais diversos procedências.

Convertido em norte de bússola para os perseguidores de riquezas, o Acre, terra de ninguém, tornou-se o fautor de muitas fortunas, que, amealhadas, foram contribuir para o engrandecimento de outras terras. Em compensação, para o reino do ouro-negro reservava-se, apenas, um qualificativo bem à altura do agressivo e do bárbaro da floresta indomável: era o **inferno verde**, que acenava com ouro, mas que, via de regra, estiolava o homem no físico e lhe corrompia a alma.

Nada lucrou o Acre com aquele fastígio proporcionado pela sua própria riqueza. O colapso da borracha acabou por entorpecê-lo.

A segundo fase tem a separá-lo da primitiva apenas um sentido político-administrativo. Daí o poder-se fixá-lo numa data, 1920, quando se erigiu o Território, equiparado às demais unidades federativas e o poder governamental centralizado numa capital. Sentido outro nenhum experimentou a região. Dir-se-ía que só por capricho o Brasil mantinha domínio sôbre o Acre.

Que adiantava à escola econômica liberalista imperante na época, de interêsse que se mede na razão direta da lei da oferta e da procura, porfiar na colonização de um remoto retalho do país, cuja única fonte de receito a borracha - se mostrava debilidade em têrmos mercantis E aquêle capricho bem que já custava coro ao Tesouro - cerca de quatro milhões de cruzeiros por ano - exclusivamente para atender ao pagamento de salários do funcionalismo, que, com estoicismo, amargava o castigo do longínquo Acre, como quem cumpre uma pena.

Observadores de tanta infecundidade, de tamanha inércia, de tão negativas qualidades colonizadoras em terra tão propícia, não tergiversaram nem tiveram tibieza no enunciar, de forma eloquente, o mais amargurado anátema: se era àquele melancólico destino que se reservara tanto sangue derramado, tanto bravura posta a prova, tanto fé indômita minado por negra descrença, então seria o caso de devolvermos o Acre à Bolívia, com as nossas excusas por fazê-lo um pouco tarde ...

Era o látego causticante que zurzia, ferindo e sibilando; que só tinha símile, na dór que proporcionava, à proporção das dores morais; que sulcava como a mais dolorosa das vergastadas alvejando a nossa face.

Eis que se oferece a oportunidade da guerra mundial. Eis que à Amazônia estava reservado um novo destino. A faina do trabalho em contraposição à inércia. A socialização do terra em opôsto ao liberalismo latifundiário do **laissez faire.**

Em o nosso trabalho **"Problemas do Brasil-econômico"** situamos a conjuntura brasileira na dependência de dois fatores; são argolas olímpicas de maior amplitude esférica a que os demais problemas se ligam em cadeia: crédito e educação. Crédito capaz de criar riquezas; crédito na razão das necessidades e das oportunidades; crédito no acepção financeira que a semente tem em botânica; crédito sadio para gerar realizações úteis. E educação não só no conceito clássico, que se troca por um diploma ou um pergaminho. Educação no saber conduzir-se. Educação no administrar a coisa pública como a do próprio indivíduo; na sadia compenetração dos deveres governamentais; na honesta aplicação dos recursos do erário; no sentido superior de bem servir à terra, porque, antes de tudo, é dever sagrado bem servir à Pátria. Sem essa educação de princípios seria fatalmente estéril a semente do crédito.

A mentalidade imediatista no que toca à remuneração da produção deu lugar ao sistema colonizador em alta escala, que visa a defender o homem, a proporcionar-lhe meios de viver com dignidade, dono do que é seu, estimulado no seu trabalho, defendido na sua constituição orgânica.

Nos últimos anos, o específico do crédito tem estimulado o Acre.

Paralelamente, aquêle sentido de moralidade administrativa, de alto senso no vulto da tarefa a executar, instalou-se de forma condigna, segura, incontrastavel, à frante dos destinos do Território.

O Acre hoje ressurgiu em toda a plenitude da éra áurea do borracha, não mais, porém, como o inferno verde, não mais ao sabor de lendas, mas como qualquer terra que trilha a estrada largo de uma economia sólida, dominando a miséria, o pauperismo, mas evitando, prudentemente, os ouropéis, que tanto sabemos reluzentes e ofuscantes como meteóricos e fátuos.

Nunca o Território esteve tão integrado no verdadeiro progresso como nos dias que correm. Nunca foi tão rico, tão salubre, nunca esteve tão irmanado no que aspiramos seja, em si, o progresso do Amazônia.

O Governador GUIOMARD SANTOS veiu instalar no Acre a terceira fase do vida do Território. Ela já está bem definida nos marcos pelos quais, anos em fora, se traçará a história.

Pedísseis-nos a nossa opinião sôbre o governo do Acre utilizando apenas três expressões e não fatigaríamos a mente no enunciá-las: realização, idealismo, previsão.

Porque o governo GUIOMARD SANTOS tem sido, afortunadamente, um govêrno de socialismo agrário na acepção mais nacionalista e cristã que comporta a realidade colonizadora brasileira; um governo voltado para a educação e o sanitarismo; para o bem estar do povo, através gigantescas obras de assistência, meios de transporte e comunicação; um governo que atentou para o sentido útil e prático que é de imprimir-se à principal fonte de economia do região, que é a borracha.

Enquanto técnicos de gabinete e demagógicos legisladores cercam o problema agrário nacional de um halo enigmático que se traduz na angústia e no apreensão que lhes vai na mente; enquanto se procura resolver os reclamos da terra transplantando-os para austeros códigos de conhecimento inacessivel à simplória mentalidade do ruralisto, pelo prazer de enriquecer a nossa luxuriante fauna legislativa, um jovem governante, egresso da caserna e dotado de espírito prático, dá um passo decisivo ao encontro da solução para a conjuntura agrária, exatamente num retalho de Brasil pouco visto e pouco lembrado.

Partindo do princípio de que sem fixação demográfica resultará mera abstração qualquer progresso no Acre; de que o núcleo colonial agrícola é o embrião do povoado futuro, promessa da vila e esperança do cidade, e de que, por antípoda, o latifúndio pode ser elemento de fixação, quando muito, apenas do latifundiário, o governo acreano atirou-se com resolução e coragem à tarefa, fundamentalmente social, de retalhar a terra, loteá-la, dividí-la e doá-la ao homem, sem grande onus, afim de que, ajudado pelo poder público, êle nela aplique o fruto do seu trabalho, no domá-la, no torná-la menos agreste, no transformá-la em campos de cultivo, para fruição sua, dos seus e do coletividade.

Sem planos burocráticos, sem trombetas publicitárias, modestamente, anônimamente, o Seringal EMPREZA foi chamado a servir de cobaia ao grande experimento. A inoculação de férrea vontade, reagiu beneficamente, e aquelas 593 famílias, constantes de 2.761 habitantes em fins de 1948, se converteram nas 847 famílias, que alí possuem o seu lote e são servidas

de escola, de assistência sanitária, de posto médito, de meios de comunicação, e que somam ao todo hoje mais de quatro mil indivíduos.

Para os proprietários do Colônia Agrícola SERINGAL EMPREZA o seu dia já chegou no grande prêmio do vida, porque, ao contrário de muitos, podem dizer sem falso orgulho que vivem e trabalham no que é seu.

Muito se tem planejado no Brasil sôbre uma socialização rural. Quasi nada se tem feito, porque tudo ao sabor de teorias e condicionado às discussões de gabinetes, sem compadecimento com as realidades e sem atenção aos fatores pertinentes a cada região.

Numa "verdadeira guerra santa" contra todos os fatores negativos morais, plasmando uma sociedade de baixo para alto, o Acre dá, assim, um grande exemplo ao Brasil, porque a grandeza da Pátria terá de ser buscado onde ela tem raizes mais profundas: na terra.

O governo do Cel. GUIOMARD SANTOS no Acre tem sido um governo de educação. Tem-se dito, numa exaltadora ironia, que a administração pública quer transformar o Território numa escola. Bemdita ideia! Qual o homem, inclusive os sábios, que prescinde das luzes do escola? Para uma população global de 94 mil habitantes, o deficit educacional da juventude caiu da casa dos seis mil em 1946 para os 3.300 em 1949, o que é bem o recompensado esforço às inúmeras escolas que vêm sendo disseminadas pelo Território.

É significativo constatar que, naquêle primeiro ano de referência, o número de matrículas atingia 5.829 alunos, lecionados por 196 professores dos quais dezoito normalistas, quando em 1949 as matrículas subiram para 8.444 e o número de professores para 261, sendo 56 normalistas.

Como significativo também é o fato de que o Território dispunha em 1946 de apenas 7 edificios escolares, dos quais apenas quatro de alvenaria, passando a dispôr em 1949 de 38 edificios: dos quais apenas onze de madeira.

Não apenas na capital, mas em todos os municípios do interior, os índices educacionais vêm atingindo números lisonjeiros. Conforta-nos, por exemplo, referir Xapurí, onde as matrículas em 1945 eram de 83 alunos, número que cresceu em 1950 para 254; Cruzeiro do Sul, que dispunha de uma população escolar de 127 alunos em 1945 e hoje apresenta 508; Ta-

rauacá, que teve aumentado seu contigente estudantal em 205 alunos no mesmo período, e Seno Modureira, que duplicou o número de matrículas entre 1945 e o ano corrente.

O ensino supletivo - a conhecida campanha de educação de adultos - tem tido no Acre a mais confortadora expressão. Que fale o fato de terem funcionado em 1945 oito unidades escolares, com uma matrícula de 281 alunos, uma frequência de 145 e 40 aprovações, contra 48 unidades em 1949, com uma matrícula de pouco menos de dois mil alunos, uma frenquência de quasi mil e 681 aprovações. Só a cidade de Rio Branco apresenta 425 adultos matriculados no curso supletivo em 1950.

Dê-se, pois, razão aos que apregoam que o governo do Território está transformando o Acre numa vasta escola.

O processo ARANTES, o mais gigantesco passo dado ao encontro de uma economia mais propícia para a indústria extrativo da borracha, revolucionando um empirismo que se perde nos confins de dois séculos, bem pode já ser inscrito entre os vitórias do Acre e levado a crédito das batalhas desferidos com êxito pelo seu governo.

Quando se pretende modificar hábitos arraigados de um povo, quando a alteração de normas tradicionais depende em grande parte de uma campanha de discernimento, todos os grandes tentames sofrem oposições às vezes sistemáticas, transformadas, amiúde, em contingente propulsor de sua futura aplicabilidade.

Falar sôbre o processo ARANTES seria exigir do orador mais vastos conhecimentos técnicos, de que, infelizmente, não é forrado, e do auditório mais beneditina paciência do que vem demonstrando no escutá-lo.

Preferimos, assim, limitar-nos a alinhar as vastíssimas razões que conferem ao processo ARANTES um interêsse legitimo e digno do maior consideração, inclusive, no preconizar-se a sua adoção oficial de modo paulatino, até tornar-se de todo absoleto o processo indígena de defumação.

Sem esforço de memória, poderíamos alinhar como qualidades favoráveis à economia borrocheira proporcionadas pelo Processo ARANTES, de beneficiamento do latex:

a) - redução no trabalho do seringueiro em pelo menos sessenta por cento, permitindo-lhe, no tempo que lhe sobra, de-

dicar-se melhor aos trabalhos agrícolas, de tão justo reclamo nas regiões seringueiras, e à assistência à sua família;

b) - vantagem no preço de, pelo menos, trinta por cento sôbre o processo empírico;

c) - o evitar das doenças tão comuns, sobretudo do órgão visual, ocasionadas ao seringueiro pela fumaça;

d) - vantagem de ir diretamente para os fábricas semi-industrial-izada:

e) - o não conter nenhuma impureza e excluir as possibilidades de fraude;

f) - redução nos fretes de mais ou menos vinte por cento, correspondentes à umidade contida no borracha preparado pelo processo comum;

g) - o deitar por terra as classificações apressadas e nem sempre corretas do Banco da Borracha, por apresentar um só tipo de classificação, e por se destinar diretamente às fábricas;

h) - o manter as mesmas qualidades organoléticas do processo indígena, o que se não verifica com a coogulagem por meio de quaisquer outros ácidos.

Essas as vantagens inherentes aos laminados pelo processo ARANTES. Êsse o sentido que inspira o pensamento unânime e o anseio dos seringalistas por nós ouvidos numa rápida "enquete".

Mais ainda: o processo ARANTES vem revolucionar, efetivamente, um sistema quasi bi-centenário; não, porém, alterá-lo substancialmente. O método empírico da defumação não se consegue a contento com a emanação de uma fumaça qualquer, sendo expelido por certos coquilhos nativos dotados de qualidades químicas específicas. O processo moderno nada mais é que a prévia liquefação do combustão daqueles mesmos coquilhos, por um engenho simples, independente de conjuntos industriais complicados, accesivel a qualquer seringalista, com as características de um trabalho limpo e em que redundam todas aquelas qualidades acima alinhadas.

Um autêntico "ovo de Colmbo" com vantagens expressas e imediatas, do que, decerto, não teria redundado a descoberta do genial navegador ...

Para a preparação de blocos pelo mesmo processo. há a aduzir o fato de que possibilita um transporte homogêneo, porque obedecerá a um tipo standard, em retângulos de fácil manipulação.

É injustiça dizer que a borracha preparada por êsse método apresenta o inconveniente de grudar depois de sobreposto nos porões de navios, primeiramente porque os retângulos são enfardados, e em segundo lugar porque, quando tal acontecesse, nenhum prejuízo adviria ao produto, visto como a borracho é desfibrada inteiramente nas fábricas de destino.

Muito mais poderíamos, e deveríamos, dizer sôbre o Acre nessa sua terceira fase de vida brasileira. Abordaríamos o seu problema de transporte, rijamente atacado pelo atual governo; a seu maravilhoso coniunto industrial, a serviço das notáveis obras públicas em todo o Território; as realizações no que tange ao fomento agropecuário. Seria abusar demais do vossa atenção.

O que dissemos, porém, teve um só sentido: mostrar também que o Acre prescinde inteiramente, de modo formal e categórico, do ensino que possam trazer os elementos alienígenas contidos no bojo do Instituto Internacional da Hiléia.

Novos Territórios na Amazônia

Essa a solução doméstica apontado à valorização integral da Amazônia. Êsses os exemplos fiadores a toda credibilidade em favor do sucesso que decorrerá, indubitàvelmente, da criação dos Territórios do Solimões, do Rio Negro, da Tapajônia, de Óbidos e do Jarí.

Quatrocentos milhões de cruzeiros com que o Brasil iria pagar a sua colonização e o alineamento implícito da sua soberania - por meio de um esquema risível como um bem narrado conto-de-vigário - teriam aplicação ideal naquela forma de valorização econômica.
Por seu turno, a verba destinado à valorização da Amazônia, por dotação constitucional, seria destribuida mais equitativamente, porque se destinaria a menor número de municípios e a mais reduzida área territoral.

Não é possivel criar riquezas na Amazônia sem uma compatível obra de desmembramento, administrativo, atento a condições peculiares, ao sentido por que se define e se orienta a moderna ecologia. Devemos aperceber-nos de que, na área do nosso, maior Estado, caberiam oito países europeus do vale do Danúbio e nove Estados americanos do vale do Mississipi. Não há, por seu turno, país no mundo que, nos quatrocentos últimos anos da civilização, tenha mantido intacta a sua primitiva divisão administrativa. - Apenas o Brasil continúa a ostentar, por motivos sentimentalmente históricos de nenhuma valia, uma vintena de Estados republicanos do século XIX, retalhados ainda no século XVI por D. João III no seu medieval castelo de Lisbôa.

Os Municípios são células que nutrem a Pátria. Os Estados, com a formação que tiveram os do Brasil, não podem representar mais do que ajuntamentos dessas células, ligados e administrados, autônomamente embora, em função de interêsses econômicos imanentes. Para que as grandes zonas ainda colonizáveis do país possam ser regularmente aproveitadas em benefício da Nação, mister se torna desmembrá-las para administrá-las e para dar-lhes nova seiva, em forma de ajuda financeira, desideratum para o qual os Estados se mostram débeis. Ver na criação de mais Territórios ofensa a direitos de Estados é primitivismo mental e represento ignorância econômica.

Êsse desmembramento, porém, há de ser obediente a um modo concentâneo e não ter o carater de esbulho, como o será, decerto, retirar a um Estado as principais áreas fiadoras do seu progresso político-financeiro, deixado-o com o encargo de prover o desenvolvimento de outras incultas e não rendosas.

Qualquer que seja, contudo, a solução será doméstica e buscada no recesso da própria cosa.

Não serão cientistas nem técnicos de sêlo-encarnado e reputação duvidosa, à frente de perniciosa imigração, que precisem ensinar-nos a operar na Amazônia sua transformação em proveito da riqueza nacional e do bem estar dos brasileiros.

O Perigo dos Grupos Interes-sados

Dentro do tendencia muito humana de só crermos na concretização do que parece do nosso agrado, sobretudo entre civilizações novas e, por isso, de tendência otimista, estamos ouvindo, amiúde, que, para o Brasil, o Instituto Internacional da Hiléia não passa de uma procriação natimorta, porque o pacto que a gerou jamais será ratificado.

É de lamentar a ingenuidade desses boníssimos compatrícios. Não se apercebem de que grupos poderosos, rediviva espécie de quinta-coluna atômicamente modernizado, estão influenciando, silenciosamente, maquiavélicamente, subreptíciamente, no objetivação do que parece uma tempestade num copo dágua, um fôgo de palha, "muita farofa e pouca carne" e outras jocosas expressões, partidas, reconhemos, de brasileiros ilustres, donos de um passado digno, de lealdade à Pátria e de bravura cívica, mas, **data venia**, pauco afeitos ainda a um estudo mais profundo das peças da armadilha a que se pretende acuar a indômita Amazônia.

Com aqueles patrícios, somos concordes num ponto: em que a Convenção de Iquitos jamais será ratificado; jamais o nos-

so país será séde, numa pouco envaidecedora vitória, do organismo internacional; jamais Manaus será centro de uma espionagem extremista oficial a ameaçar a extrutura da América; jornais os núcleos humanos da Amazônia serão mesclados com elementos recrutados nas suburras da Europa; jamais o Brasil capitulará, porque jamais capitulou; porque é sol em eterno zênite; sol que nunca debruçou poente, que é meio-dia eterno!

Cremos em destino menos melancólico para o Brasil. Assim cremos porque temos fé na reação de brasileiros. E êsse pensamento há-de ser exercitado pela palavra de discernimento daqueles que se não entibiliesam em proclamar a insensatez de uns, o acomodatício de outros e a solércia de um terceiro grupo, este, felizmente, em quantidade muito reduzida.

A eterna reação volta a desencadear-se com a mesma tonalidade furta-côr observada sempre no eclodir de quaisquer problemas que, por força, tendem a galvanizar a atenção dos brasileiros.
Os interessados por quaisquer títulos não discutem com insuspeição; não argumentam porque do seu arsenal o argumento não é arma; esgrimem com a falsidade porque é maneira mais cômodo de embair as opiniões menos avisadas.

Já se fala que a camponha contra o Instituto Internacional da Hiléia é orientada por comunistas e integralistas. Conclue-se, de tão capcioso conceito, que quem não resa pela cortilha totalitária da esquerda ou da direita, tem dois caminhos a seguir: ou a assuntos do Instituto vota uma desinteressada ignorância, ou aplaude o Instituto; esquecem de que, entre os últimos militam os que, et pour cause, são instrumentos do colonialismo econômico internacional, com grandes vínculos de interêsses.

O grupo dos abúlicos constitue-se, pois, o seu poderoso baluarte, em forma de macia borracha que amortece os choques. Deixar que a Nação durma narcotizada pelo ópio do desinteresse, é decerto maneira cômoda de obter vitória sem trabalheira e sem sobressaltos.

O vosso orador não pertence a nenhum dos credos apontados como extremistas, seja da esquerda seja da direita. Não é, sequer, militante de partido, porque crê mais nos homens em si do que nos programas; entende que os homens são susceptíveis de reformar os programas, mas estes não têm suficiente força pára interferir na moral dos homens. Perante vós, fazemos esta necessária declaração de fé. A prova é a diretri da nossa

vida, que é, continuamente, livro aberto a todas as sindicâncias e a todas as devassas.

Somos, tão só e exclusivamente brasileiros. Entranhadamente patriotas. E como entendemos seja esta a nossa trincheira, lutaremos, lutaremos resolutamente.

Há um número espantosamente elevado de brasileiros que está vivendo à margem desse entreato de bastidores do nossa política externa e outros que, de modo só esportivo e fugaz, têm travado conhecimento com o que não passa de um perigoso corvejar de abutres em torno da Amazônia.

As Forças Armadas e o Instituto

Bem o sentimos que as forcas armados de Nação não encaram com simpatia e mesmo manifestam sua desaprovação às conclusões do Pacto de Iquitos.

Um organismo bem representativo do pensamento econômico nacional - o Instituto Brasileiro de Geopolítica - em memoravel parecer firmado por três oficiais superiores d as forças armadas, já manifestou de forma inequívoca, veraz e incontrastavel, o seu ponto de vista sôbre o repasto dos côrvos na seiva. (*).

Todavia, há brasileiros, entre os quais desgraçadamente preferiu filiar-se o presidente da Comissão de Diplomacia de Câmara dos Deputados, o sr. LIMA CAVALCANTE, que defende, que justifica e que reclama a monstruosidade de Direito Público.

E há órgãos da imprensa que a aplaudem e ao contrario mimoseiam os que a combatem taxando-os de jacobinos, chouvinistas e termos que tais.

Só um pugilo de homens, à frente o sr. ARTHUR BERNARDES, e em meio dos quais sr. GOFFREDO TELES, que lançou o seu vibrante grito de alerta no judicioso parecer aprovado pela Comissão de Segurança Nacional da Câmara, só um pugilo de homens, vigorosamente, resolutamente, patrióticamente, fala em meio a um completo absenteismo de interêsse em que, para assuntos de tal magnitude, costumeiramente se transforma o nosso Parlamento.

---

*) - O Parecer do *Instituto Brasileiro de Geopolítica* é firmado pelo major-Brigadeiro LISIAS RODRIGUES, pelo coronel LEOPOLDO NERI' DA FONSECA e pelo capitão Dr. TITO ARCULI DE OLIVA MAYA, e foi publicado no *"Diário do Congresso Nacional"* - edição de 24.2.1950, como parte integrante do Discurso pronunciado pelo Sr. ARTHUR BERNARDES na Camara dos Deputados.

Se permanecermos narcotizados por uma passividade injustificavel e até certo ponto comprometedora, não pasmem os brasileiros no dia em que virem os seus representantes no Câmara e no Senado do República apôrem com o seu voto abúlico, o nibill obstat ao estabelecimento do Instituto Internacional da Hiléia, sacramentando a ultrajante transação, menos por impatriotismo do que por dessídia, menos por desamor ao Brasil do que por alheiamento aos assuntos que tão de perto tocam à sua própria extrutura orgânica.

Por brio e por dignidade pessoal, não queiramos que conosco tal omissão ocorra, nós que estamos sentindo o abraço amigo e o bafejo da própria selva.

O nosso Protesto

Valha a nossa ira como um protesto à altura da sobranceria nacional enxovalhada pela esperteza de algumas aves de rapina que pressentem o rico pasto que será a Amazônia para os seus apetites expansionistas só temporariamente sofreados.

Valha também como prova do nossa acuidade mental no interpretar de um pacto, solerte e perigosamente redigido, autêntico embuste confeitado a capricho e que foi servido com champanha e algumas frases lantejouladas a um diplomata de percepção embotado e com doze anos, não mais, de idade mental.

Não temos razão para não nos considerarmos um povo feliz. Possuimos uma Nação imensa que, em termos econômicos, e potencialmente, pode considerar-se a maior do mundo de futuro. Somos uma só comunidade que fala um mesmo idioma e possue as mesmas características étnicas. Desprovidos de combustíveis, como país tropical, temos sabido construir, dificultosamente embora, uma grande Pátria. Exercitam livremente o seu esporte, sem embargos nem censuras, os campeões de democracia, falando em corrução administrativo, esquecidos de que, sob êsse aspecto, são os próprios estrangeiros, conhecedores de outras gentes, que berndizem o estar entre nós, desfrutando de um índice moral que não envergonharia qualquer povo sôbre a face do terra. Acoimam-nos, repetidamente, de constituirmos um país de analfabetos, labéu ignominioso se não passasse de requintada infâmia, visto como apenas 17% da nossa população em idade escolar, em todo o país, permanece à margem da instrução.

Mais ainda: por mais que aumente a nossa massa humano, não nos preocupam nem nos preocuparão por muitos séculos afora as conquistas por "espaços vitais" para agasalhar o nosso povo. Para entendermo-nos uns com os outros não pre-

cisamos atravessar mares nem terras estrangeiras. Nossa riqueza é imensa e mal foi arranhada ainda. E se saímos vencedores de uma guerra em solo extranho, mais temos retemperada a nossa energia para defender, intransigentemente, o que os séculos nos legaram dentro do Direito e da Justiça.

Alienar a nossa soberania como se pretende fazer, sem o endosso categórico do povo, em decorrência de um protocolo diplomático visceralmente ultrajante, só se justificaria se o Brasil mordêsse o pó da mais fragorosa derrota em campo de batalha.

Se o consentirmos, por mera cortezia ou vitanda estupidez seremos o mais indigno dos povos.

Porque estaremos escrevendo na lousa da história, inexoravelmente, o mais triste epitáfio de uma Pátria!

- Í N D I C E -

Comunicado

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas e da região Norte. O uso deste documento é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais – Lei n. 9.610/98.

Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõe a rede de Bibliotecas Públicas do Estado do Amazonas.

Contato

E-mail : acervodigitalsec@gmail.com

Av. Sete de Setembro, 1546 - Centro
69005.141 Manaus - Amazonas - Brasil
Tel.: 55 (92) 3131-2450
www.cultura.am.gov.br

Secretaria de
Cultura